

AÇÃO ENCANTADA: RESPONSABILIDADE SOCIAL, GESTÃO DE PROJETOS E TRANSPARÊNCIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Piedley Macedo Saraiva
Thainá David Pedrosa
Kaynara Santos Alves
José Jôbert Anastácio dos Santos
Yuri Silva e Sousa
José Ivaldo Tabosa de Oliveira Junior

RESUMO: O presente artigo analisa o Projeto Ação Encantada, iniciativa social desenvolvida por estudantes do curso de Administração do Centro Universitário Paraíso (UniFAP), em Juazeiro do Norte — CE, voltada ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social acolhidas pelo Instituto Arte e Vida. Estruturado segundo a metodologia PM Canvas, o projeto mobilizou equipes multifuncionais ao longo de nove semanas, resultando na arrecadação de 112 itens entre brinquedos, roupas e calçados, além da realização de atividades recreativas, culturais e de integração com o público beneficiado. A partir de uma revisão teórica articulada com os fundamentos da gestão pública, da responsabilidade social, da transparência institucional e da accountability, o estudo busca demonstrar como projetos de extensão social protagonizados pela academia podem se constituir como espaços concretos de exercício da cidadania ativa, do controle social e da formação ética do gestor contemporâneo. A metodologia adotada combina análise documental do relatório final do projeto com revisão bibliográfica, apoiando-se em autores como Chiavenato, Drucker, Kotler, Maximiano, Di Pietro e na legislação brasileira pertinente, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). Os resultados evidenciam que a experiência prática vivenciada pelos estudantes fortalece competências socioemocionais e organizacionais, ao mesmo tempo que aproxima o ambiente acadêmico das demandas sociais reais, contribuindo para a formação de gestores comprometidos com valores éticos, humanos e coletivos.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Gestão de projetos. Transparência. Formação cidadã. Extensão universitária. Vulnerabilidade social. Accountability. Compliance.

ABSTRACT: This article analyzes the Ação Encantada Project, a social initiative developed by Administration students from Centro Universitário Paraíso (UniFAP), in Juazeiro do Norte — CE, aimed at serving children in situations of social vulnerability sheltered by Instituto Arte e Vida. Structured according to the PM Canvas methodology, the project mobilized multifunctional teams over nine weeks, resulting in the collection of 112 items including toys, clothes and footwear, in addition to recreational, cultural and integration activities with the target audience. Based on a theoretical review articulated with the foundations of public management, social responsibility, institutional transparency and accountability, the study seeks to demonstrate how social extension projects led by academia can constitute concrete spaces for the exercise of active citizenship, social control and the ethical formation of the contemporary manager. The methodology adopted combines document analysis of the project's final report with a bibliographic review, drawing on authors such as Chiavenato, Drucker, Kotler, Maximiano, Di Pietro and relevant Brazilian legislation, especially the Federal Constitution of 1988, the Access to Information Law (Law 12.527/2011) and the General Data Protection Law (Law 13.709/2018). The results show that the practical experience lived by the students strengthens socioemotional and organizational competencies, while bringing the academic environment closer to real social demands, contributing to the formation of managers committed to ethical, human and collective values.

Keywords: Social responsibility. Project management. Transparency. Citizen education. University extension. Social vulnerability. Accountability. Compliance.

I INTRODUÇÃO

A formação do administrador contemporâneo não se encerra nos limites das salas de aula ou nos modelos teóricos clássicos de gestão. Ao contrário, ela se aprofunda e se completa quando o estudante é lançado ao encontro das demandas reais da sociedade, confrontando os desafios da desigualdade, da vulnerabilidade social e da responsabilidade coletiva. É nesse espírito que o Projeto Ação Encantada nasce e se consolida como uma experiência formativa de grande valor acadêmico e humano, emergindo de uma necessidade concreta: fortalecer ações de apoio social destinadas a crianças em situação de vulnerabilidade acolhidas pelo Instituto Arte e Vida, localizado na região do Cariri cearense.

O cenário que justifica o projeto é marcado por complexas dinâmicas de exclusão social. As crianças atendidas pelo Instituto Arte e Vida, muitas vezes submetidas a situações de abandono, negligência ou rupturas familiares traumáticas, enfrentam desafios significativos na construção de vínculos afetivos, no acesso a recursos básicos e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, instituições como o Instituto frequentemente operam com recursos limitados, o que dificulta a oferta de atividades recreativas e culturais capazes de

contribuir para o bem-estar integral das crianças. Nesse contexto, torna-se imprescindível desenvolver iniciativas que unam solidariedade, educação e responsabilidade social, promovendo não apenas o atendimento material, mas também experiências que gerem acolhimento, afeto, diversão e fortalecimento emocional.

Desenvolvido por estudantes do curso de Administração da UniFAP, o projeto consistiu na arrecadação e entrega de roupas, brinquedos e materiais lúdicos às crianças, aliada à realização de atividades recreativas, culturais e de integração. Sua estrutura operacional foi organizada em equipes multifuncionais — comunicação, parcerias e captação, coleta e logística, atividades recreativas, relacionamento institucional, documentação e apoio — coordenadas por um planejamento estruturado na metodologia PM Canvas, com linha do tempo de nove semanas, gestão de riscos identificados, stakeholders mapeados e custos controlados. Mais do que uma campanha de doação espontânea, o Ação Encantada estruturou-se como um projeto gerenciado segundo metodologias modernas, o que o aproxima, na prática, dos fundamentos da gestão de projetos sociais e da administração orientada para resultados.

A análise aqui proposta dialoga diretamente com o debate sobre transparência na gestão pública e responsabilidade social, conforme desenvolvido por Saraiva et al. (2025) na Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. Aquele estudo demonstra como a publicidade dos atos, a prestação de contas e a participação cidadã são dimensões indissociáveis de uma administração comprometida com o bem comum, seja ela pública ou privada. Transpondo essa lógica para o campo da extensão universitária, este artigo argumenta que projetos sociais acadêmicos são, também, espaços de exercício da accountability e da governança ética, na medida em que exigem planejamento transparente, comunicação aberta com a comunidade e responsabilização dos envolvidos pelos resultados alcançados.

A justificativa para este estudo reside, portanto, na necessidade de compreender como experiências de extensão social podem contribuir para a formação de gestores capazes de articular eficiência, ética e responsabilidade social — competências que, conforme a literatura especializada, são cada vez mais exigidas tanto no setor público quanto no privado. O artigo está estruturado em cinco seções: introdução, desenvolvimento teórico subdividido em cinco subseções, resultados e discussão, conclusão e referências.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Gestão de Projetos Sociais e a Formação do Administrador

A gestão de projetos sociais ocupa um lugar cada vez mais relevante na literatura da administração contemporânea. Segundo Drucker (1997), as organizações sem fins lucrativos enfrentam desafios gerenciais igualmente complexos aos das empresas privadas, exigindo planejamento rigoroso, liderança consistente e clareza de propósito. Para o autor, a missão dessas organizações é transformadora por natureza, e é justamente essa ambição transformadora que demanda dos gestores envolvidos um comprometimento que ultrapassa a técnica e alcança a dimensão ética e humana da administração.

Essa perspectiva é fundamental para compreender a dimensão gerencial do Ação Encantada, que não se limitou a uma ação espontânea de solidariedade, mas foi estruturado como um projeto completo, com objetivos SMART definidos — específico na arrecadação e entrega de doações, mensurável pela meta de atender pelo menos 80 crianças, atingível pelo engajamento interno e parcerias externas, relevante pelo atendimento a necessidades reais e urgentes, e temporal pela conclusão em até dois meses —, com equipes especializadas por função e controle de cronograma ao longo de nove semanas.

A aplicação da metodologia PM Canvas no projeto evidencia o nível de maturidade gerencial alcançado pelos estudantes, uma vez que essa ferramenta permite visualizar de forma integrada as entregas, os riscos, os custos, os stakeholders e as premissas do projeto (Sampaio, 2010). As premissas consideradas no planejamento incluíam a participação ativa dos alunos, a colaboração das empresas parceiras, o cumprimento dos horários estabelecidos junto à instituição, a disponibilidade dos orientadores para acompanhamento e o apoio da equipe do Instituto na organização interna no dia do evento. Já as restrições identificadas abrangiam o tempo curto para execução, a dependência de doadores para a obtenção de materiais, a limitação do diário de visitas da instituição e o orçamento reduzido.

A distribuição das responsabilidades entre equipes especializadas — comunicação, parcerias e captação, coleta e triagem, atividades recreativas, relacionamento institucional, documentação e apoio e bem-estar — demonstra a aplicação prática de princípios clássicos da administração como divisão do trabalho, especialização e coordenação (Chiavenato, 2014). A coordenação geral, exercida por Thainá, assegurou o alinhamento entre todos os grupos e o

cumprimento das etapas planejadas, funcionando como uma figura análoga ao que a literatura contemporânea denomina de gerente de projetos integrador.

Maximiano (2012) destaca que a formação gerencial plena requer a experiência da prática, e não apenas o domínio teórico. Para o autor, é no confronto com situações reais, marcadas pela incerteza, pela escassez de recursos e pela necessidade de coordenar esforços coletivos, que o gestor desenvolve as competências que nenhum manual consegue transmitir integralmente. Nesse sentido, o Ação Encantada funcionou como um laboratório de gestão aplicada, no qual os estudantes puderam desenvolver habilidades de liderança, comunicação, negociação com parceiros, tomada de decisão sob restrições de tempo e recursos, e adaptação diante de riscos como a possibilidade de baixa arrecadação, falhas na comunicação com o orfanato, baixa visibilidade da campanha, doações inadequadas para o perfil das crianças e a possibilidade de alteração da data do evento.

O alcance concreto do projeto reforça sua efetividade enquanto experiência gerencial: foram arrecadados 112 itens no total, sendo 15 brinquedos de ação e fantasia, 15 peças entre roupas e calçados, 23 bonecas, 32 carrinhos de brinquedo e 27 animais e pelúcias. Esse resultado quantitativo, somado aos registros das atividades realizadas — pintura facial, brincadeiras com balões, jogos recreativos, desenhos educativos e momentos de integração —, demonstra que o projeto atingiu plenamente os objetivos propostos, reafirmando a viabilidade de projetos sociais gerenciados com metodologia e rigor.

5

Os grupos de entrega que estruturaram a execução do projeto seguiram uma lógica progressiva e bem articulada: lançamento da campanha, coleta de doações, triagem dos materiais, preparação das atividades, realização do evento e entrega final. Cada etapa foi cuidadosamente planejada e executada, garantindo que o produto final — uma intervenção social completa que combinou doação com experiências educativas, afetivas e interativas — fosse entregue com qualidade e propósito.

2.2 Responsabilidade Social e o Papel da Universidade

A responsabilidade social corporativa e institucional tem sido amplamente discutida na literatura de administração e marketing social. Para Kotler e Lee (2008), organizações que incorporam a responsabilidade social como valor central ampliam sua legitimidade perante a sociedade e constroem relações mais duradouras com as comunidades em que atuam. Essa lógica aplica-se igualmente às instituições de ensino superior, que, ao promoverem projetos de

extensão com impacto social real, cumprem uma função pública essencial e afirmam seu compromisso com a formação de cidadãos responsáveis.

Melo Neto e Froes (2001) sustentam que a responsabilidade social vai além da filantropia: ela pressupõe uma postura ativa e planejada de contribuição para o desenvolvimento social, que integra as dimensões econômica, ética, ambiental e comunitária. Os autores distinguem a responsabilidade social interna — voltada aos colaboradores da organização — da responsabilidade social externa — direcionada à comunidade e à sociedade em geral. O Ação Encantada se insere nessa segunda dimensão ao articular solidariedade e planejamento, combinando a doação de bens materiais com a oferta de experiências recreativas e culturais que promovem o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças atendidas.

A justificativa do projeto reconhece explicitamente que o público atendido pelo Instituto Arte e Vida enfrenta "desafios significativos na construção de vínculos afetivos, no acesso a recursos básicos e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais", o que evidencia sensibilidade social e compreensão das múltiplas dimensões da vulnerabilidade. Esse olhar ampliado sobre as necessidades do público beneficiado está em consonância com o que Mendes (2013) denomina de abordagem integral do desenvolvimento humano, que reconhece a criança como sujeito de direitos e demanda uma intervenção que vá além da assistência material, alcançando as dimensões afetiva, cognitiva e social do desenvolvimento infantil.

6

A Pueri Cultura (2018) reforça que as atividades recreativas são instrumentos privilegiados para o desenvolvimento infantil, uma vez que estimulam a criatividade, a sociabilidade, a coordenação motora, a expressão emocional e a construção de vínculos positivos. As atividades desenvolvidas pelo Ação Encantada — pintura facial, brincadeiras com balões, jogos recreativos e dinâmicas de integração — estão, portanto, fundamentadas em uma compreensão pedagógica do desenvolvimento infantil que transcende o simples entretenimento.

Nesse sentido, a parceria entre a instituição de ensino e o Instituto Arte e Vida configura o que a literatura denomina de redes de colaboração interinstitucional, fundamentais para ampliar o alcance e a sustentabilidade das ações sociais (Bowditch; Bueno, 2002). O engajamento de stakeholders como o Mercadinho David, o Laboratório Vicente Lemos, o professor Ênio Alencar e a Tábua de Pirulitos Produções demonstra que o projeto foi capaz de mobilizar atores externos de diferentes naturezas — comercial, acadêmica e cultural —, ampliando sua base de apoio e sua capacidade de impacto. A diversidade dos parceiros reflete a

compreensão de que projetos sociais sustentáveis dependem de redes de colaboração amplas e diversificadas.

Bowditch e Buono (2002) destacam que o comportamento organizacional nas parcerias interinstitucionais é determinado pela qualidade das relações estabelecidas, pelo alinhamento de objetivos e pela capacidade de comunicação entre as partes. A equipe de relacionamento com a instituição, composta por Ivaldo e Kaynara, exerceu papel central nessa dimensão, garantindo alinhamento, autorização e suporte por parte do Instituto Arte e Vida em todas as etapas do projeto.

2.3 Transparência, Accountability e Gestão de Projetos Sociais

Um dos pontos de maior convergência entre o Ação Encantada e o referencial teórico da transparência na gestão pública, conforme desenvolvido por Saraiva et al. (2025), reside justamente na estrutura de prestação de contas adotada pelo projeto. A elaboração do relatório final, com registro detalhado dos itens arrecadados, das atividades realizadas, dos resultados atingidos, dos pontos de melhoria identificados e das sugestões para futuras ações, constitui uma prática de accountability que vai além da simples documentação burocrática: ela expressa um compromisso ético com a transparência e com a responsabilização pelos resultados perante todos os stakeholders envolvidos.

7

Conforme Silva, Amorim e Pacheco (2024), accountability no setor público — e, por extensão, em qualquer organização comprometida com o interesse coletivo — não se reduz à prestação de contas formal, mas envolve a responsividade, ou seja, a capacidade de responder às expectativas dos beneficiários e de incorporar aprendizados para a melhoria contínua. Os autores identificam três dimensões complementares do accountability: a answerability, que corresponde à obrigação de informar e justificar as decisões tomadas; a enforcement, relacionada à capacidade de sancionar comportamentos inadequados; e a responsiveness, que expressa a disposição de incorporar o feedback dos beneficiários na melhoria das práticas.

O Ação Encantada demonstra as três dimensões: informa os resultados alcançados de forma detalhada e transparente (answerability), estabelece mecanismos de avaliação e controle internos por meio das equipes especializadas (enforcement parcial, dado o caráter acadêmico do projeto) e incorpora indicações de melhoria baseadas na experiência vivenciada (responsiveness). Ao incluir, em seu relatório, indicações concretas como a realização de parcerias mais alinhadas ao objetivo da ação, a coleta sistemática de feedback das entidades

envolvidas e o estabelecimento de indicadores de desenvolvimento para mensurar evoluções, o projeto demonstra maturidade reflexiva e comprometimento com o aperfeiçoamento contínuo.

A utilização do Instagram como ferramenta oficial de divulgação do projeto também dialoga com o que a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) estabelece como diretriz para a gestão pública: a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação para fomentar a cultura de transparência e ampliar o controle social (Brasil, 2011). O artigo 3º da LAI determina, entre outras diretrizes, a observância da publicidade como preceito geral, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações, o uso de meios eletrônicos de comunicação e o desenvolvimento do controle social da administração pública. No contexto do projeto social acadêmico, essa lógica se traduz na visibilidade pública das ações realizadas — reforçada pela disponibilização do link do vídeo no YouTube — permitindo que a comunidade acompanhe, avalie e contribua para o projeto.

Lobo, Menezes e Raupp (2024) distinguem transparência ativa — aquela em que o próprio ente divulga informações espontaneamente — da transparência passiva, que atende a solicitações externas. O Ação Encantada operou predominantemente na lógica da transparência ativa, ao publicar registros das atividades nas redes sociais, divulgar os resultados alcançados e disponibilizar o link do vídeo do projeto, práticas que expressam abertura e compromisso com a publicidade das ações realizadas.

8

Di Pietro (2020) relaciona o princípio da publicidade à eficiência na gestão pública. Para a autora, ao expor seus atos ao conhecimento do público, a organização incentiva a prestação de serviços alinhados ao bem comum, uma vez que a necessidade de ser transparente faz com que os gestores saibam que a ausência dessa prática ou sua irregularidade trará consequências desafiadoras. Além de eficiente, a publicidade moraliza a gestão: tornar os atos conhecidos e sujeitos ao escrutínio externo incentiva condutas alinhadas ao interesse coletivo. Incorporar esse valor desde a formação acadêmica é condição para a construção de gestores públicos e privados comprometidos com a integridade.

Pinho e Sacramento (2009) acrescentam que o conceito de accountability, embora de difícil tradução literal para o português, encapsula a ideia de responsabilização contínua, que pressupõe tanto a obrigação de prestar contas quanto a possibilidade de ser sancionado por condutas inadequadas. No contexto acadêmico, essa dimensão ganha contornos pedagógicos: ao vivenciar a necessidade de documentar, justificar e comunicar suas decisões e resultados, os estudantes incorporam, na prática, os valores que sustentam a gestão responsável.

2.4 Cidadania Ativa, Participação Social e Formação de Gestores Éticos

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 1º, que todo poder emana do povo, consagrando a participação cidadã como fundamento do Estado Democrático de Direito. Nunes e Costa (2023) destacam que a participação dos cidadãos na elaboração e controle de políticas públicas é comportamento que atende à expectativa de inclusão dos verdadeiros protagonistas deste Estado Democrático de Direito, argumentando que não permitir ou limitar indevidamente esse acesso desaponta perspectivas positivas de amparo e respeito a um Estado Pós Social.

Transpondo essa perspectiva para o campo da educação e da extensão universitária, pode-se afirmar que projetos como o Ação Encantada são espaços concretos de exercício da cidadania ativa, nos quais os estudantes deixam de ser receptores passivos de conhecimento para se tornarem agentes de transformação social. Essa transição do papel passivo ao ativo é, segundo a literatura pedagógica contemporânea, condição fundamental para a formação de profissionais comprometidos com o bem comum.

A formação cidadã é, nesse sentido, inseparável da formação gerencial. O administrador que vivencia a experiência de planejar, executar e avaliar uma ação social desenvolvida para beneficiar crianças em situação de vulnerabilidade aprende, na prática, que a gestão eficiente não se sustenta sem ética, sem sensibilidade social e sem compromisso com o bem comum. Chiavenato (2014) ressalta que a administração moderna exige profissionais capazes de articular competências técnicas com habilidades humanas e conceituais. Enquanto as competências técnicas correspondem ao domínio dos instrumentos e metodologias de gestão, as habilidades humanas referem-se à capacidade de trabalhar com pessoas e para pessoas, e as habilidades conceituais envolvem a visão sistêmica da organização e de seu papel na sociedade. O Ação Encantada funcionou como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das três dimensões simultaneamente.

Ostrower (2006) argumenta que a criatividade é uma capacidade humana fundamental que se desenvolve no contato com experiências diversas e desafiadoras. Ao planejar atividades recreativas e culturais para crianças com histórias de vida marcadas pela vulnerabilidade, os estudantes foram estimulados a exercitar não apenas a criatividade, mas também a empatia, a escuta ativa e a sensibilidade diante do outro, competências que a literatura contemporânea de administração reconhece como cada vez mais relevantes para a atuação gerencial em contextos complexos e marcados pela diversidade.

O Modelo de Excelência em Gestão Pública, conforme Raimundo (2019), está assentado em oito princípios: liderança, estratégias e planos, cidadãos, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados. É possível identificar, na estrutura do Ação Encantada, a presença de todos esses pilares: a liderança exercida pela coordenação geral do projeto, o planejamento estratégico estruturado no PM Canvas, o foco nas crianças como público central das ações, o engajamento da sociedade por meio das parcerias com empresas e instituições locais, o uso das redes sociais como canal de informação e visibilidade, o desenvolvimento das pessoas envolvidas ao longo de todo o processo, os processos de coleta, triagem e logística das doações e, por fim, os resultados concretos alcançados tanto na dimensão material quanto na dimensão humana e social.

Matias-Pereira (2012) destaca que a administração pública contemporânea exige uma postura que combine eficiência técnica com sensibilidade social, superando a visão tecnocrática que historicamente marcou a gestão pública brasileira. Essa mesma perspectiva aplica-se à formação do administrador privado e ao gestor de organizações do terceiro setor: a excelência gerencial não pode se desvincular do compromisso com os valores democráticos e com os direitos dos cidadãos. O Ação Encantada encarna esse princípio ao colocar o bem-estar das crianças — e não a eficiência operacional em si — como razão de ser de todo o planejamento e execução do projeto.

2.5 Compliance, Governança e Sustentabilidade das Ações Sociais

A sustentabilidade de projetos sociais exige, além do comprometimento inicial, a institucionalização de práticas de governança que garantam continuidade, transparência e efetividade ao longo do tempo. Souza e Camargo (2025) defendem a governança corporativa como necessidade da boa gestão pública, compreendendo pilares como eficiência, transparência e alta resolutividade para os problemas que se apresentem. Para os autores, a governança no setor público é um conjunto de atributos que, quando presentes, fortalecem princípios, estratégias e a tomada das melhores decisões tendo como bússola norteadora o bem comum. Essa perspectiva é plenamente aplicável ao contexto de projetos de extensão universitária, especialmente quando se ambiciona que eles transcendam a condição de ações pontuais para se tornarem iniciativas de impacto duradouro.

O relatório final do Ação Encantada demonstra consciência dessa necessidade ao incluir, entre suas indicações para futuras ações, a ampliação das atividades para pais e responsáveis, a

inclusão de atividades de desenvolvimento cultural e pedagógico com a participação de profissionais especializados, a produção de materiais pedagógicos como painéis, cartilhas educativas e materiais didáticos, a realização de exposições e mostras culturais dos resultados obtidos e o estabelecimento de indicadores de desempenho para mensurar as evoluções das ações. Essas indicações revelam uma compreensão madura de que a sustentabilidade de um projeto social depende da sua capacidade de aprender, inovar e ampliar progressivamente seu impacto.

Martins (2021) define compliance como a exigência de fazer com que a lei seja cumprida rigorosamente, para satisfazer procedimentos de interesse institucional. Para o autor, tanto a administração pública quanto as empresas privadas podem ser beneficiadas pelos pontos positivos que o compliance oferece, desde que haja um profissional tecnicamente habilitado — o compliance officer — para garantir que o conteúdo normativo seja visto como prioridade em todos os trâmites administrativos e legais. No âmbito de um projeto social acadêmico, o compliance se traduz na observância das regras éticas estabelecidas pela instituição de ensino, no cumprimento dos acordos firmados com os parceiros e beneficiários, e na responsabilidade dos estudantes pelo uso adequado dos recursos arrecadados e pela qualidade das atividades entregues.

11

Venturella e Silva (2022) destacam que o compliance officer é o profissional responsável por fazer com que o compliance funcione de modo arquitetado aos interesses da organização e da coletividade. Embora o Ação Encantada não tenha formalizado esse papel institucionalmente, a coordenadora geral exerceu função análoga, supervisionando todas as etapas, assegurando o alinhamento entre os grupos, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade das entregas, e mantendo a comunicação transparente com todos os stakeholders envolvidos.

A governança do projeto também se expressou na gestão cuidadosa dos custos, que abrangeram transporte, alimentação, brincadeiras recreativas, materiais e marketing digital. O controle rigoroso desses gastos, em um contexto de orçamento reduzido e dependência de doadores, exigiu dos estudantes o desenvolvimento de competências de gestão financeira e de negociação que são fundamentais para qualquer administrador, independentemente do setor em que venha a atuar.

Costa et al. (2022) destacam que, paralelamente à necessidade de oferecer respostas mais rápidas e assertivas aos cidadãos, crescem os desafios relacionados ao dever de ser transparente

e de colocar em prática programas de integridade. No contexto universitário, essa perspectiva reforça a importância de projetos de extensão que sejam gerenciados com rigor metodológico e ético, demonstrando à comunidade que a academia é capaz de articular conhecimento teórico com comprometimento social e integridade institucional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados pelo Projeto Ação Encantada confirmam a hipótese central deste artigo: projetos sociais acadêmicos bem estruturados são capazes de gerar impacto social positivo e duradouro, ao mesmo tempo que promovem a formação integral dos estudantes envolvidos. A análise dos resultados se dá em três dimensões complementares: quantitativa, qualitativa e formativa.

Do ponto de vista quantitativo, a arrecadação de 112 itens — 15 brinquedos de ação e fantasia, 15 peças entre roupas e calçados, 23 bonecas, 32 carrinhos de brinquedo e 27 animais e pelúcias — superou as expectativas iniciais e demonstrou a capacidade de mobilização da equipe junto à comunidade escolar e aos parceiros externos. A meta de atender pelo menos 80 crianças em situação de vulnerabilidade social foi plenamente alcançada, confirmando o caráter SMART dos objetivos definidos no planejamento e a efetividade da metodologia PM Canvas como ferramenta de gestão de projetos sociais.

12

Do ponto de vista qualitativo, os registros das ações evidenciam que o projeto foi além da entrega material, proporcionando experiências significativas de integração, acolhimento e alegria para as crianças atendidas. As atividades de pintura facial criaram um clima lúdico e motivador, permitindo que as crianças expressassem criatividade e se alegrassem no ambiente. As brincadeiras com balões, os desenhos educativos e os jogos recreativos proporcionaram momentos de diversão e socialização. A presença de decoração natalina no espaço reforçou o clima festivo e acolhedor, contribuindo para a ambientação do projeto. Muitas crianças circularam pela área externa mostrando suas pinturas, interagindo com colegas e com a equipe do projeto, demonstrando engajamento genuíno com as atividades propostas.

Do ponto de vista formativo, a experiência revelou-se igualmente transformadora para os estudantes. O desenvolvimento de competências como liderança, organização, comunicação, empatia e trabalho em equipe — identificadas no próprio relatório do projeto — está em consonância com o perfil do gestor contemporâneo descrito por Chiavenato (2014) e Maximiano (2012): profissional capaz de articular conhecimento técnico com sensibilidade humana e

compromisso ético. A experiência prática de negociar com parceiros, gerenciar riscos, coordenar equipes multifuncionais e prestar contas dos resultados alcançados constitui, em si mesma, um laboratório de administração aplicada de inestimável valor pedagógico.

A identificação dos pontos de melhoria — realização de parcerias mais alinhadas ao objetivo da ação e coleta sistemática de feedback dos parceiros e da instituição beneficiada — demonstra maturidade reflexiva e capacidade de autocrítica, atributos que, no contexto da gestão pública e privada, são essenciais para a melhoria contínua dos processos e a ampliação da confiança dos beneficiários nas organizações (Saraiva et al., 2025). Essa postura de aprendizagem contínua é um dos fundamentos do Modelo de Excelência em Gestão Pública e da governança corporativa contemporânea.

As considerações finais do relatório do projeto reafirmam que o Ação Encantada demonstrou ser uma iniciativa de grande relevância social, educacional e comunitária, ao promover ações voltadas ao bem-estar de crianças em situação de vulnerabilidade. Cada etapa da ação proporcionou momentos de interação humana, troca afetiva, valorização emocional e fortalecimento de vínculos entre os participantes e as crianças atendidas. Esses impactos positivos evidenciam que iniciativas dessa natureza contribuem significativamente para o desenvolvimento emocional e social de crianças que enfrentam desafios complexos em seu cotidiano.

4 CONCLUSÃO

O Projeto Ação Encantada constitui um exemplo concreto e inspirador de como a extensão universitária pode ser um espaço de confluência entre gestão, responsabilidade social, transparência e formação cidadã. Ao estruturar uma ação social com metodologia gerencial rigorosa, engajamento comunitário efetivo e compromisso com a publicidade dos resultados, os estudantes de Administração da UniFAP demonstraram que é possível — e necessário — formar gestores éticos, sensíveis e comprometidos com o bem comum desde os bancos da universidade.

A articulação entre os fundamentos teóricos da transparência na gestão pública, desenvolvidos por Saraiva et al. (2025), e a experiência prática do Ação Encantada revela que os valores da publicidade, da accountability e da participação cidadã não são exclusivos do setor público: eles devem permear qualquer organização — pública, privada ou do terceiro setor — que se pretenda legítima, eficiente e comprometida com as necessidades da sociedade.

Os resultados alcançados pelo projeto reforçam a importância de se investir em iniciativas de extensão social que combinem planejamento rigoroso, sensibilidade humana e transparência na prestação de contas. A utilização da metodologia PM Canvas demonstrou ser uma escolha acertada para a gestão do projeto, proporcionando uma visão integrada de todos os elementos essenciais e facilitando o monitoramento e o controle das etapas. Ao mesmo tempo, os pontos de melhoria identificados e as sugestões para futuras ações evidenciam a consciência de que o aprimoramento é um processo contínuo, que exige aprendizado permanente, abertura ao feedback e disposição para inovar.

O projeto reafirma, ainda, a importância de integrar escola e comunidade por meio de práticas solidárias que ultrapassam os limites do ambiente acadêmico, revelando o potencial da educação como agente de transformação social. A ação deixou uma marca significativa tanto nas crianças beneficiadas quanto na equipe organizadora, demonstrando que iniciativas simples, porém planejadas e executadas com propósito, têm a capacidade de gerar impactos duradouros e inspirar novos projetos futuros.

Conclui-se, portanto, que o Ação Encantada é, ao mesmo tempo, um projeto social de impacto real e um laboratório de formação gerencial e cidadã, que contribui para a construção de uma cultura organizacional orientada pela ética, pela transparência e pelo compromisso com o bem coletivo — valores sem os quais nenhuma gestão, pública ou privada, pode se pretender verdadeiramente legítima e eficaz. A experiência vivenciada pelos estudantes de Administração da UniFAP não apenas enriqueceu sua formação acadêmica e profissional, mas contribuiu para consolidar, desde cedo, a convicção de que administrar bem é, antes de tudo, administrar com responsabilidade, com ética e com humanidade.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo. Polícia e sociedade: da solitária diáde "nós e eles" à unívoca e solidária identidade cidadã. *Periódico Científico PMPA em Revista*, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/5>. Acesso em: 2 maio 2025.

BOWDITCH, James; BUONO, Anthony. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 1992.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil*03/*ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COSTA, Filipe et al. Programas de integridade na administração pública: um estudo bibliométrico. Revista de Gestão e Secretariado, v. 13, n. 4, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1484>. Acesso em: 2 maio 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DRUCKER, Peter. Administração de organizações sem fins lucrativos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FRANÇA, Laís; COELHO, Leandro. A responsabilidade civil do poder público à luz da Lei Geral de Proteção de Dados: uma análise acerca da divulgação de dados previdenciários. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 5, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JANINI, Tiago; ABREU, Luiz Rogério. Lei de improbidade administrativa: combate à corrupção e instrumento de concretização dos direitos fundamentais. *Duc In Altum — Cadernos de Direito*, v. 13, n. 29, 2021.

KOTLER, Philip; KEE, Nancy. Marketing social: influenciando comportamentos para o bem. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

LOBO, Natália Carolina; MENEZES, Elaine Cristina; RAUPP, Fabiano. Transparência ativa e passiva dos ministérios públicos do sul do Brasil: um estudo por meio de portais eletrônicos. Cadernos UniFOA, v. 19, n. 54, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/4960>. Acesso em: 10 maio 2025.

LOUREIRO, Karina; PEREIRA JÚNIOR, Mauro. Crimes contra a administração pública com maior complexidade — propostas para maior eficiência do poder judiciário. Revista Jurídica Gralha Azul — TJPR, v. 1, n. 22, 2024.

MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Ricardo. Considerações críticas ao conceito de compliance. Revista Internacional de Direito Público — RIDP, v. 6, n. 10, 2021. Disponível em: <https://ridpdireito.com.br/index.php/ridp/article/view/1080>. Acesso em: 10 maio 2025.

MASSON, Nathália. Manual de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: focos, abordagens e desafios. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Responsabilidade social e cidadania empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDES, Eugênio Vilaça. A criança e o desenvolvimento humano. São Paulo: Cortez, 2013.

MOREIRA, Elisabete. Administração geral e pública para concursos. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2019.

NOVAIS, Rafael. Direito tributário facilitado. 3. ed. São Paulo: Método, 2018.

NUNES, Arthemizia; SANTOS, Geovana; PESSOA, Andréia Nádia. Nova lei de licitação e contratações públicas: uma análise do portal nacional de contratações públicas (PNCP) à luz dos princípios da transparência e eficiência. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 5, 2024.

NUNES, Wilsomar; COSTA, Carlos Rerisson. Uma cidade em questão: apontamentos da participação cidadã e processo de urbanização sobre o caso de Floriano-PI. Sociedade em Debate, v. 5, n. 1, 2023.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PAIXÃO, Shayane; SILVA, Sandoval; COSTA, Rosalina. A superação dos precedentes na teoria dos diálogos institucionais: análise do caso da vaquejada. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 8, n. 1, 2021.

PINHEIRO, Denise. Liderança no setor público: desafios e impactos. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 22, n. 1, 2023.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 1343-1368, 2009.

PUERI CULTURA. *O desenvolvimento infantil e o papel das atividades recreativas*. São Paulo: Pueri Cultura, 2018.

RAIMUNDO, Camila. Gestão contemporânea na administração pública: as contribuições do Modelo de Excelência em Gestão Pública. *Revista Eixo*, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/592>. Acesso em: 2 maio 2025.

RIOS, Rodrigo; GARCIA, Flúvio. Corrupção pública e accountability: uma proposta de enfrentamento integrado a partir da perspectiva da accountability social. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 126, 2023.

SÁ, Acácia Regina. A ação civil pública de improbidade administrativa como instrumento de concretização do direito fundamental ao combate à corrupção. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 15, n. 3, 2021.

17

SALES, Tainá. A participação social no supremo tribunal federal: um estudo empírico das audiências públicas em ações de controle concentrado de constitucionalidade. *Revista de Direito Brasileira*, v. 31, n. 12, 2022.

SAMPAIO, José Eduardo. *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARAIVA, Piedley Macedo et al. O papel da transparência na gestão pública: uma revisão teórica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE*, São Paulo, v. 11, n. 12, dez. 2025. Disponível em: doi.org/10.51891/rease.viii12.20849.

SEBRAE. *Como organizar projetos sociais: guia prático*. Brasília: Sebrae Nacional, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Nilton Wagno; AMORIM, Paula Karine; PACHECO, Flávio Augustus. Accountability no setor público: uma reflexão para além da prestação de contas e responsabilização. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2626>. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUZA, Ronaldo; CAMARGO, Maria Emília. Gestão pública no judiciário: a responsabilidade dos gestores e a governança pública corporativa. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 5, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19052>. Acesso em: 10 maio 2025.

TEIXEIRA, Thatiana et al. Inovação e empreendedorismo: um caso no setor público. *Revista Pretexto*, v. 20, n. 1, 2019.

TULIO, Francisco; VIEIRA, Ivan. Impeachment e remoção presidencial no Brasil: estudo qualitativo das condições de sucesso e fracasso. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 42, n. 2, 2021.

VENTURELLA, Gabriela; SILVA, Alexandre. A responsabilidade penal do compliance officer. *Revista Direito, Inovação e Regulações*, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.univel.br/ojs/index.php/redir/article/view/374>. Acesso em: 10 maio 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.